



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Brasilseg Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuais Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. A Brasilseg Companhia de Seguros atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas.

Prêmios emitidos

Em 2022, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 14.652,5 milhões, crescimento de 30,8% em relação ao exercício anterior. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento dos segmentos de agronegócios e de pessoas, que tiveram aumento de 51,8% e 12,8%, respectivamente, em comparação ao exercício de 2021. A Companhia manteve a liderança no segmento de agronegócios com 60,2% do mercado e, 2ª posição do ranking no segmento de pessoas, com 13,92% de participação (0,02 p.p. atrás do primeiro colocado). Fonte SUSEP - dados disponíveis até dezembro de 2022, considerando prêmios sem acumulação e os ramos de atuação.

Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2022 foi de 75,1%, com redução de 8,2 p.p. em relação ao ano anterior explicada, substancialmente, pelo menor impacto de sinistros avisados em 2022 relacionados à COVID-19 e pela redução nos custos de aquisição em relação aos prêmios ganhos apresentada no ramo prestamista.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 719,5 milhões, com aumento de 225,2% em relação ao ano anterior, sendo que as aplicações financeiras representaram R\$ 853,8 milhões de receita. A elevação na taxa SELIC, que no acumulado do período ficou em 12,33%, contra 4,38% no período anterior, contribuiu de forma positiva para a receita das aplicações financeiras e, por outro lado, o resultado financeiro foi

impactado pelo aumento das despesas financeiras de atualização monetária e juros, em comparação com o exercício de 2021, onde houve o impacto pela reversão das provisões técnicas de sinistros a liquidar judiciais, com redução nessa linha de despesas. Outro ponto a ser destacado é a implantação de um hedge sobre parte da carteira de títulos prefixados no segundo semestre de 2022, com objetivo de mitigação de risco da volatilidade de mercado. Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 157,3 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os riscos de resgate originais dos mesmos.

Lucro líquido e por ação

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 2.755,2 milhões, aumento de 98,6% em relação ao anterior representado, substancialmente, pelo aumento nos prêmios ganhos no segmento de agronegócio e de pessoas e pela redução proporcional dos custos de aquisição, além do melhor desempenho da carteira de aplicações financeiras. Cabe destacar que, apesar de o índice de sinistralidade não ter apresentado variação significativa em relação ao exercício de 2021, o impacto dos sinistros avisados em 2022 foi menor, uma vez que foram registrados os resultados positivos relativos ao recebimento de resseguros dos sinistros de agronegócio. O lucro líquido por ação foi de R\$ 3.942,97 no exercício de 2022, ante R\$ 1.985,37 do ano anterior.

Investimentos e novos negócios

A Companhia fez investimentos no exercício de 2022 no montante de R\$ 200 milhões, destinados ao desenvolvimento de sistemas e equipamentos de informática.

Distribuição de dividendos

A política de dividendos é orientada pelos seguintes princípios:  
 • cumprimento das provisões estatutárias relativas ao dividendo mínimo obrigatório, no percentual de 25% do lucro líquido, observadas as disposições do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;  
 • prioridade para a distribuição de juros sobre capital próprio, até o limite por exercício previsto em Lei e limitado a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido da Companhia a ser distribuído, sendo que após atingir o referido limite, a distribuição deverá ser feita sob a forma de dividendos;  
 • obrigatoriedade de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos, sempre que os resultados e legislação permitirem; e

• distribuição à Acionistas, via dividendos ou juros sobre capital próprio, dos recursos próprios excedentes que sejam razoavelmente necessários para novos projetos, evitando o acúmulo de fundos próprios ociosos, sem prejuízo da manutenção do nível de solvência de acordo com o parâmetro mínimo de solvência na Companhia.

Em 2022 a Companhia distribuiu R\$ 2.639,3 milhões de lucros na forma de dividendos.

Foi deliberada pela Diretoria, conforme delegação de alçada da Assembleia Geral de 23 de dezembro de 2015, a distribuição de lucros no total de R\$ 408,3 milhões, em reuniões realizadas em 02 e 22 de fevereiro e 29 de março de 2022.

A partir de julho de 2022 a deliberação acerca da distribuição de lucros foi realizada pelo Conselho de Administração no total de R\$ 2.231 milhões, em reuniões realizadas em 27 de julho, 08 de agosto, 30 de agosto, 28 de setembro, 26 de outubro, 24 de novembro e 14 de dezembro de 2022.

Conforme previsto no Estatuto da Brasilseg Companhia de Seguros, uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Agradecimentos

Mantendo o foco no relacionamento com o cliente em todas as etapas de sua jornada, a Administração da Brasilseg Companhia de Seguros agradece a todos que permitiram que esses avanços acontecessem, em especial aos Acionistas, pela confiança na gestão e na estratégia de negócios; aos colaboradores, que são nosso maior orgulho e os principais responsáveis pelo crescimento da organização; à rede do Banco do Brasil, uma parceria fundamental para a distribuição de nosso portfólio e para o contato com segurados; aos clientes, nossa razão de existir; e às entidades ligadas às suas atividades, principalmente à Superintendência de Seguros Privados - (SUSEP), pela renovada crença depositada; à sociedade e à comunidade financeira.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
Prêmios emitidos	14.652.447	11.206.179
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios	(2.331.780)	(1.400.756)
(=) Prêmios ganhos	12.320.667	9.805.423
(-) Custos de aquisição	(5.190.380)	(3.215.619)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	28e (122.750)	(180.432)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	28f 504.011	(40.375)
(+) Receita com resseguro	2.379.063	1.083.900
(-) Despesa com resseguro	(1.875.052)	(1.124.275)
(-) Despesas administrativas	28g (551.343)	(436.974)
(-) Despesas com tributos	28h (378.042)	(277.192)
(+) Resultado financeiro	28i 219.466	221.221
(+) Resultado patrimonial	49	1.666
(=) Resultado operacional	3.812.557	1.870.225
(+) Ganhos com ativos não correntes	517	189
(-) Resultado antes dos impostos e participações	3.813.074	1.870.414
(-) Imposto de renda	29a (437.621)	(130.038)
(-) Contribuição social	29a (590.376)	(336.101)
(-) Participações sobre o resultado	(28.874)	(16.969)
(=) Lucro líquido do exercício	2.755.203	1.387.306
(/) Quantidade de ações	27a 698.763	698.763
(=) Lucro líquido por ação	3.942,97	1.985,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	2.755.203	1.387.306
Outros resultados abrangentes	6.004	(104.948)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	32.326	(190.695)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(26.322)	85.747
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	2.761.207	1.282.358

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	2.755.203	1.387.306
Ajustes para:	7.167.621	5.690.645
Depreciação e amortizações	35.139	36.826
Depreciação de direito de uso	23.002	18.904
Perda por redução ao valor recuperável	(4.654)	7.714
Variação dos custos de aquisição diferidos	(638.597)	(420.699)
Variações das provisões técnicas - seguros	7.695.940	6.141.479
Ativo e passivo fiscal diferido	25.858	(121.584)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(517)	(189)
Juros sobre arrendamento	30.873	27.685
Outros ajustes	577	509
Variação nas contas patrimoniais:	(6.335.831)	(5.465.771)
Aplicações	(1.020.104)	(1.025.745)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(383.810)	52.396
Ativos de resseguro e retrocessão	(450.546)	(672.690)
Créditos tributários e previdenciários	(28.161)	92.598
Despesas antecipadas	(272)	(10.198)
Outros ativos	(171.627)	81.322
Depósitos judiciais e fiscais	(436)	21.219
Impostos e contribuições	1.044.328	499.373
Outras contas a pagar	84.088	(51.252)
Débitos de operações com seguros e resseguros	136.777	(305.497)
Depósitos de terceiros	7.343	(3.195)
Provisões técnicas - seguros	(5.580.622)	(4.161.439)
Provisões judiciais	18.831	15.396
Outros passivos	8.335	1.941
Caixa gerado pelas operações	3.586.993	1.612.180
Juros líquidos sobre o arrendamento	(15.280)	(9.211)
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(351.162)	(177.318)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(347.017)	(229.485)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.870.554	1.196.166
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	1.335	358
Imobilizado	1.335	358
Pagamento pela compra:	(200.014)	(97.286)
Investimentos	-	(112)
Imobilizado	(9.331)	(7.417)
Intangível	(190.683)	(89.757)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(198.679)	(96.928)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de passivos de arrendamento	(29.330)	(15.724)
Pagamento de dividendos	(2.639.300)	(1.087.579)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(2.668.630)	(1.103.303)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.245	(4.065)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.975	6.040
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.220	1.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii. Operações de seguros e resseguros:** A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável (FVR) de prêmios a receber, conforme determina a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, artigo 138 incisos 1º e 2º, baseada em estudo técnico, que considera inclusive o histórico de perdas e os riscos de inadimplência segregados por faixas de vencimento. O percentual de FVR é calculado por meio da soma dos percentuais de inadimplência com os percentuais de cancelamento. A aplicação desse fator é feita nos *agings* de prêmios vencidos, líquidos das provisões técnicas (provisão de prêmios não ganhos - PPN) e dos custos de aquisição diferidos, sendo que a metodologia faz o tratamento para as parcelas vincendas de devedores em atraso. Vale ressaltar que o estudo acima mencionado não se aplica para as operações de cessorego aceito e, sendo assim, a FVR para esses riscos é calculada segundo a referida Circular SUSEP. A redução ao valor recuperável (FVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores, é baseada na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, artigo 139, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Ativos de direito de uso - Outros valores e bens:** Os ativos de direito de uso, registrados na rubrica de outros valores e bens no ativo não circulante, conforme Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, tratam-se substancialmente de aluguéis de imóveis, locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia, com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente, sendo adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do imóvel. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver evidências de perdas por determinadas renovações do passivo de arrendamento. **f) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método *pro rata-die* tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento de 11 meses. **g) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizados e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas anuais divulgadas na nota explicativa nº 13. **h) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos no futuro, considerando sua viabilidade econômica, apresentadas na nota explicativa nº 14. **i) Custos de aquisição diferidos:** São reconhecidas no resultado no período quando incorridas. **ii) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **iii) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Riscos financeiros" em base *pro rata-die* ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **k) Resultado:** Resultado é a diferença para qual o Segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação **continua**

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponível	5	13.484.390	10.835.735	Contas a pagar		732.113	461.085
Caixa e bancos		735	770	Obrigações a pagar	15	166.126	249.582
Equivalentes de caixa	5	4.485	1.205	Impostos e encargos sociais a recolher		30.663	25.670
Aplicações	6	7.047.688	5.740.818	Encargos trabalhistas		18.526	15.184
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>				Impostos e contribuições	16	516.798	170.649
Prêmios a receber	8	2.130.703	1.912.859	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>			
Operações com seguradoras	9a	32.747	13.287	Prêmios a restituir	17	2.615.047	2.526.498
Outros créditos operacionais	10	241.010	84.455	Operações com seguradoras		9.248	6.164
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	1.792.352	1.377.630	Operações com resseguradoras	9b	743.446	484.870
Títulos e créditos a receber				Corretores de seguros e resseguros	18	1.604.822	1.603.370
Títulos e créditos a receber		102.919	93.630	Outros débitos operacionais	19	156.244	412.201
Títulos e créditos a receber		18.503	4.262	<b>Depósitos de terceiros</b>	20	9.610	2.267
Créditos tributários e previdenciários	29b	65.291	71.022	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	21	8.494.851	6.999.382
Outros créditos	11	19.125	18.346	Danos		5.342.394	4.030.163
<b>Outros valores e bens</b>				Pessoas		2.539.642	2.372.616
Bens a venda		8	212	Vida individual		612.815	596.603
Outros valores		256	212	<b>Outros débitos</b>			
<b>Despesas antecipadas</b>				Débitos diversos	26	17.724	13.948
Custos de aquisição diferidos	21	1.876.216	1.445.328	<b>Passivo não circulante</b>			
Seguros		1.876.216	1.445.328	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	21	6.048.485	5.428.631
Ativo não circulante				Danos		360.568	307.828
Realizável a longo prazo		7.020.967	7.008.668	Pessoas		5.625.886	5.073.662
Aplicações	6	1.583.783	1.838.943	Vida individual		62.026	47.141
Créditos das operações com seguros e resseguros				<b>Outros débitos</b>			
Prêmios a receber	8	2.111.028	2.096.835	Provisões judiciais	25	692.874	674.043
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	159.697	123.873	<b>Débitos diversos</b>	26	310.822	280.683
Títulos e créditos a receber		1.064.253	1.082.150	<b>Patrimônio líquido</b>	27	2.012.660	1.723.209
Créditos tributários e previdenciários	29b	274.964	293.297	Capital social		655.745	655.745
Depósitos judiciais e fiscais	25	789.289	788.853	Reservas de lucros		1.455.075	1.171.628
<b>Outros valores e bens</b>				Ajustes de avaliação patrimonial		(98.160)	(104.164)
Custos de aquisição diferidos	12	247.077	219.447				
Seguros	21	1.855.129	1.647.420				
Investimento		1.106	1.106				
Participações societárias		1.106	1.106				
<b>Imobilizado</b>	13	43.996	44.919				
Bens móveis		22.780	26.195				
Outras imobilizações		21.216	18.724				
<b>Intangível</b>	14	383.722	219.318				
Outros intangíveis		383.722	219.318				
<b>Total do ativo</b>		<b>20.934.181</b>	<b>18.109.746</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>20.934.181</b>	<b>18.109.746</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de investimentos			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	655.745	131.149	940.415	784	-	

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Brasilseg Companhia de Seguros**  
CNPJ 28.196.889/0001-43

# 2022

**BRASILSEG**  
Uma empresa BB Seguros

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

A Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um Ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos Seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos Segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferenciadas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferenciadas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os Resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos controles automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos controles facultativos e nos controles automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem também a receber de Resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do Ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados índices de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3d ii. Os valores a pagar aos Resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

**I) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, incluindo as operações de co-seguro acedido, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de co-seguro cedido, correspondente ao período de risco a decorrer e calculado para basear as contas de início e fim de vigência dos sinistros incorridos e do risco de seguro. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vencidos mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de *run-off* de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de supervit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro ou notificação do processo judicial, bruto de resseguros e líquidos de recuperação de co-seguro cedido, até a data do balanço patrimonial e atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente. Inclui o ajuste dos Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR), com objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados e processos judiciais sofrerão durante o período de análise até a data de liquidação. A IBNeR é calculada através de métodos estatístico e atuarial, com triângulos de *run-off* de 48 trimestres, com base no desenvolvimento histórico de sinistros. A partir dos triângulos projetamos o total de sinistros incorridos e deduzimos os sinistros pagos, chegando no valor do *Incurred But Not Paid (IBNP)*. O IBNeR é a diferença entre o IBNP, a PSL e o IBNR. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A PDR é calculada através de método estatístico e atuarial, com triângulos de *run-off* de 48 trimestres, com base no desenvolvimento histórico das despesas incorridas. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de *run-off* de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. Os fluxos de caixa futuro dos sinistros incorridos consideram o desconto pela taxa livre de risco (ETTJ pré).

**m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Companhia elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocações relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Companhia utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos, é comparado a uma estimativa da soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a experiência histórica da Companhia ou dados de características de determinados produtos foi utilizada a tábua de mortalidade (BR-EMS 2021), resultando na sinistralidade de 47,44%, para a Companhia. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocações a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNeR e IBNeR. O resultado do teste de adequação de passivos realizados de acordo com os critérios acima descritos não revelou a necessidade de constituição de PCC na data-base de 31 de dezembro de 2022, dessa forma não havendo a necessidade de efetuar o cálculo para os respectivos ativos de resseguro conforme Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes.

**n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação e atualizadas, a fim de serem comparadas com o valor presente das provisões técnicas anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **o) Passivos de arrendamento - débitos diversos:** O passivo de arrendamento, compreendido nas rubricas de débitos diversos no passivo circulante e não circulante, conforme a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, são reconhecidos em contrapartida aos ativos de direito de uso, reconhecidos nas rubricas outros valores a receber e outros valores a receber. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir empréstado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso for maior ou menor que zero. **p) Benefícios aos empregados:** Os benefícios aos empregados são obrigações de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **II. Obrigações com apostadorias:** A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante e a Companhia não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **III. Outras obrigações de curto prazo:** Outras obrigações de curto prazo incluem assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **IV. Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem, substancialmente, as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), que são provisionadas mensalmente. A partir de julho de 2021 as emissões dos seguros agrícolas e perhor rural passaram a ser efetuadas nos ramos sem cobertura do FESR. **V. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualizações de provisões técnicas, variações no resultado de operações de ativos financeiros, custos de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Em relação ao aumento temporário a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido, de 15% para 16% no período de agosto a dezembro de 2022, o efeito sobre os créditos tributários é imaterial, de acordo com estudo de expectativa de realização de créditos elaborado pela administração da Companhia. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **VI. Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referidos ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de ajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

**4. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Companhia, define em sua política os seguintes temas relevantes para foco de análise e gestão de riscos de maneira a proteger o alcance de seus objetivos e sua sustentabilidade. • **Risco de subscrição;** • **Risco de crédito;** • **Risco de liquidez;** • **Risco de solvência;** • **Risco de mercado;** • **Risco operacional;** • **Risco cibernético;** • **Risco de estratégia;** • **Risco legal e de compliance;** • **Risco de reputação;** e • **Risco ambiental.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estes riscos, exposições, bem como os critérios adotados na Companhia na gestão e mitigação de seus riscos.

**Estrutura de gerenciamento de riscos:** A Companhia possui uma Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) organizada para concepção, implementação, operacionalização, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos, de forma compatível com o seu modelo de negócios e a sua porte. Utiliza metodologias de avaliação de risco com referências quantitativas e qualitativas, organizadas, integradas e baseadas nas melhores práticas e *frameworks* reconhecidos mundialmente. Tais avaliações são executadas em sistema com tecnologia de mercado especializada em Gestão de Riscos e Compliance (GRC). O modelo de governança de riscos, envolve todos os níveis hierárquicos da organização e órgãos de governança, aplicando o conceito das três linhas de defesa do Instituto de Auditores Internos, com designação clara de papéis e responsabilidades. A Alta Administração zela pela efetividade da estrutura de Gerenciamento de Riscos (GRC) e do Sistema Integrado de Gestão (SIG) e a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os resultados das avaliações, análise de materializações, resultados de testes e controles e auditorias. Para assegurar robustez ao processo de gerenciamento de riscos e cumprimento das atribuições estabelecidas na EGR e SCI, temos os seguintes órgãos colegiados de assessoramento: • **Comitê financeiro:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração na missão de coordenar e acompanhar o desempenho financeiro e o cumprimento da Política de Investimentos. • **Comitê de riscos e segurança:** constituído como órgão de apoio vinculado à Diretoria, no âmbito da estrutura de governança corporativa, avalia, acompanha e apoia a Alta Direção na implementação, operacionalização da EGR e do SCI, incluindo providência de dados entre outros temas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. • **Comitê de auditoria:** sua principal competência é assessorar o Conselho de Administração no que concerne a atuação de órgãos assessoriais para auxiliar a consolidação das suas responsabilidades. Os gestores administram os riscos de seus processos e os colaboradores são orientados para a execução das atividades, aplicação adequada dos controles, a mitigação dos riscos e a melhoria contínua. As áreas de Riscos e Controles Internos atuam junto ao Gestor de Riscos para fortalecer a gestão de riscos e o ambiente de controle. A Auditoria Interna atua de forma independente na avaliação do EGR e do SCI, bem como nos aspectos relacionados à conformidade e à governança. Essa abordagem multicamada proporciona o envolvimento e comprometimento de todos com a prevenção e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, minimizando a existência de lacunas e a possibilidade de ocorrências inesperadas. A gestão dos riscos é sustentada por modelos quantitativos que aplicam fundamentos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de provisões técnicas, variações de perdas decorrentes de balanço de ativos e passivos. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitativa, com os

\* continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)**

**Risco socioambiental:** Risco socioambiental é a possibilidade de perdas decorrentes, direta e indiretamente, de impactos sociais e ambientais adversos resultantes das práticas relacionadas às operações e aos negócios da Companhia. **Gerenciamento do risco socioambiental:** São adotados os mecanismos da norma ISO 14.001 para tratar dos impactos ambientais e sociais oriundos de seus processos e operações, inclusive os oriundos nos investimentos em projetos sociais. Além disso, possui procedimento específico para homologar, contratar e avaliar fornecedores críticos. A Companhia tem o compromisso com o desenvolvimento sustentável, alinhando iniciativas de responsabilidade socioambiental às melhores práticas de mercado e na avaliação de tendências nacionais e internacionais de sustentabilidade. Possui certificação ISO 14.001 e o relatório de sustentabilidade está divulgado ao público no site. São direcionados trabalhos para o entendimento e análise

das questões ambientais, sociais e de governança (ASG) e os impactos positivos e negativos para o negócio e sociedade. Integra as questões ASG ao cotidiano, com o objetivo de orientar as decisões de negócios, atividades e processos internos, promovendo a conscientização em todos os níveis da organização, o engajamento e a conscientização.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2022	2021
Caixa e banco	735	770
Equivalentes de caixa	4.485	1.205
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.220</b>	<b>1.975</b>

**6. APLICAÇÕES**

a) **Composição por prazo e por nível hierárquico:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Títulos	Hierarquia de valor justo			Vencimento				Ativos				Total		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Contábil (D)	Valor de curva (E)	Valor justo (F)	Ajuste a valor justo (G)	2022	%	2021	%	2022	2021
<b>Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>4.896.239</b>	<b>1.785.209</b>	<b>141.667</b>	<b>64.061</b>	<b>6.889.176</b>	<b>6.884.122</b>	<b>6.889.176</b>	<b>5.054</b>	<b>6.889.176</b>	<b>80%</b>	<b>5.081.854</b>	<b>67%</b>		
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>4.898.239</b>	<b>1.785.209</b>	<b>141.667</b>	<b>64.061</b>	<b>6.889.176</b>	<b>6.884.122</b>	<b>6.889.176</b>	<b>5.054</b>	<b>6.889.176</b>	<b>100%</b>	<b>5.081.854</b>	<b>100%</b>		
Debêntures	1	22.261	80.383	24.714	–	127.358	127.373	127.358	(15)	127.358	2%	124.790	2%	
Letras financeiras (LF)	2	140.849	691.829	–	–	832.678	828.501	832.678	4.177	832.678	12%	408.461	8%	
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	11.732	–	–	–	11.732	11.710	11.732	22	11.732	0%	52.596	1%	
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	205.037	930.965	116.953	–	1.252.955	1.251.367	1.252.955	1.588	1.252.955	18%	654.711	13%	
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	–	82.067	–	–	82.067	82.785	82.067	(718)	82.067	1%	–	0%	
Operações compromissadas (*) (**)	2	4.518.049	–	–	–	4.518.049	4.518.049	4.518.049	–	4.518.049	66%	3.734.246	74%	
Cotas de fundos de investimentos	2	–	–	–	64.061	64.061	64.061	–	64.061	1%	106.741	2%	–	–
Caixa/contas a pagar/contas a receber	1	311	–	–	–	311	311	311	–	311	0%	309	0%	
Outros	1	–	(35)	–	–	(35)	(35)	(35)	–	(35)	0%	–	0%	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>–</b>	<b>1.578.249</b>	<b>5.534</b>	<b>–</b>	<b>1.583.783</b>	<b>1.731.041</b>	<b>1.583.783</b>	<b>(147.258)</b>	<b>1.583.783</b>	<b>18%</b>	<b>1.682.737</b>	<b>22%</b>		
Carteira administrada	–	1.578.249	5.534	–	1.583.783	1.731.041	1.583.783	(147.258)	1.583.783	100%	1.682.737	100%		
Fundos do tesouro nacional (NTN-F)	1	–	839.257	–	–	839.257	839.257	(107.818)	839.257	53%	862.150	51%		
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1	–	364.240	–	–	364.240	374.465	364.240	(10.225)	364.240	23%	199.917	12%	
Letras do tesouro nacional (LTN)	1	–	374.752	–	–	374.752	403.969	374.752	(29.217)	374.752	24%	615.629	37%	
Debêntures	2	–	–	5.534	–	5.534	5.534	5.534	–	5.534	0%	5.041	0%	
<b>Ativos mantidos até o vencimento</b>	<b>157.257</b>	–	–	–	<b>157.257</b>	<b>157.257</b>	<b>157.239</b>	<b>(18)</b>	<b>157.257</b>	<b>20%</b>	<b>814.034</b>	<b>11%</b>		
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>157.257</b>	–	–	–	<b>157.257</b>	<b>157.257</b>	<b>157.239</b>	<b>(18)</b>	<b>157.257</b>	<b>100%</b>	<b>814.034</b>	<b>100%</b>		
Letras do tesouro nacional (NTN-B)	1	–	–	–	–	–	–	–	–	–	657.828	81%		
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	157.257	–	–	157.257	157.257	157.239	(18)	157.257	100%	156.206	19%		
<b>Outras aplicações</b>	<b>–</b>	–	–	–	<b>1.255</b>	<b>1.255</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.255</b>	<b>0%</b>	<b>1.136</b>	<b>0%</b>		
<b>Total</b>	<b>5.055.496</b>	<b>3.363.458</b>	<b>147.201</b>	<b>65.316</b>	<b>8.631.471</b>	<b>8.772.420</b>	<b>8.630.198</b>	<b>(142.222)</b>	<b>8.631.471</b>	<b>100%</b>	<b>7.579.761</b>	<b>100%</b>		

(\*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos.  
(\*\*) Contém R\$ 39.708 de bloqueio judicial (R\$ 35.788 em 31 de dezembro de 2021).

b) **Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). c) **Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos TVM S.A. (BB ASSET). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

	2022		2021	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
NTN-F	11,88%	4,99%	11,88%	4,99%
LTN	12,88%	5,07%	12,88%	5,07%
DPGE	110,74% do CDI	110,74% do CDI	118,25% do CDI	115,39% do CDI
NTN-B	IPCA + 5,41%	IPCA + 5,05%	IPCA + 5,94%	IPCA + 5,05%
LFT	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC	100% SELIC
Debênture	120,82% do CDI	80% do CDI	120,88% do CDI	80% do CDI
Letra financeira	111,24% do CDI	102,66% do CDI	114,91% do CDI	102,55% do CDI
Operações compromissadas	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI	100% do CDI

	2022		2021	
	Aplicações	Resgates	Ajuste ao valor justo recuperável	Redução ao valor recuperável
Valor justo por meio do resultado	5.081.854	11.793.634	(10.689.253)	–
Disponíveis para venda	1.682.737	709.186	(935.606)	42.131
Mantidos até o vencimento (*)	814.034	–	(721.533)	–
Outras aplicações	1.136	119	–	–
<b>Total</b>	<b>7.579.761</b>	<b>12.502.939</b>	<b>(12.346.392)</b>	<b>42.131</b>

Data da Operação	Título	Vencimento	Taxa contratada		Quantidade de títulos	Valor de mercado	Contrato de DI	Vencimento	Taxa de execução	Quantidade de contratos	Consumo de margem
			2022	2021							
18/08/2022	LTN	01/01/2024	5,19%	–	146.000	128.890	DI1F24	01/01/2024	12,99%	1.460	2.432
18/08/2022	LTN	01/01/2024	5,20%	–	35.000	30.898	DI1F24	01/01/2024	12,99%	350	583
18/08/2022	LTN	01/01/2024	5,07%	–	243.500	214.964	DI1F24	01/01/2024	13,16%	2.435	4.056
<b>Total</b>			<b>5,12%</b>	–	<b>424.500</b>	<b>374.752</b>			<b>13,09%</b>	<b>4.245</b>	<b>7.071</b>

**8. PRÊMIOS A RECEBER**

Ramos agrupados	2022		2021	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*) líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*) líquido
Prestamista	2.989.633	(50.271)	2.939.362	2.831.254
Vida individual	490.862	(15.274)	475.588	479.104
Seguro de vida do produtor rural	261.387	(2.091)	259.296	202.174
Vida em grupo	161.050	(16.278)	144.772	152.262
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	119.795	(1.077)	118.718	65.988
Demais ramos	315.260	(11.265)	303.995	333.522
<b>Total</b>	<b>4.337.987</b>	<b>(96.256)</b>	<b>4.241.731</b>	<b>4.064.304</b>

(\*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3d.ii.

b) Movimentação de prêmios a receber	2022		2021	
	Saldo inicial	Prêmios a receber	Prêmios a receber	Prêmios a receber
(+) Prêmios emitidos	19.040.007	16.131.938	–	–
(+) IOF	30.588	29.422	–	–
(+) Adicional de fracionamento	–	1.018	–	208
(-) Prêmios cancelados	(3.083.673)	(3.445.977)	–	–
(-) Reclassificação de prêmio de coseguro aceito vencido	–	(1.588)	–	203
(-) Recebimentos	(15.712.669)	(12.887.190)	–	–
Redução ao valor recuperável (constituição)	–	(41.646)	–	(5.162)
<b>Saldo final</b>	<b>4.241.731</b>	<b>4.009.694</b>	<b>4.241.731</b>	<b>4.009.694</b>

c) Composição por prazo de vencimento	2022		2021	
	A vencer até 30 dias	A vencer de 31 a 60 dias	A vencer de 61 a 120 dias	A vencer de 121 a 180 dias
A vencer até 30 dias	727.963	661.024	–	–
A vencer de 31 a 60 dias	241.610	155.344	–	–
A vencer de 61 a 120 dias	272.050	241.239	–	–
A vencer de 121 a 180 dias	248.208	223.878	–	–
A vencer de 181 a 365 dias	486.586	451.536	–	–
A vencer acima de 365 dias	2.111.028	2.096.835	–	–
<b>Total a vencer</b>	<b>4.087.445</b>	<b>3.829.856</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Vencidos até 30 dias	133.066	149.969	–	–
Vencidos de 31 a 60 dias	14.063	16.111	–	–
Vencidos de 61 a 120 dias	5.613	11.063	–	–
Vencidos de 121 a 180 dias	706	2.399	–	–
Vencidos de 181 a 365 dias	749	59	–	–
Vencidos acima de 365 dias	89	59	–	–
<b>Total vencidos</b>	<b>154.286</b>	<b>179.838</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Total</b>	<b>4.241.731</b>	<b>4.009.694</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 245 dias.

**9. OPERAÇÕES COM RESSEGUADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO**

a) Ativo	2022		2021	
	Recuperação de sinistros	Outros créditos com ressegurador	Recuperação de sinistros	Outros créditos com ressegurador
Recuperação de sinistros	238.249	–	148.788	–
Outros créditos com ressegurador	–	3	–	3
<b>Total</b>	<b>238.249</b>	<b>3</b>	<b>148.791</b>	<b>3</b>
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	1.214.876	–	688.421	–
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	549.302	–	688.615	–
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	135.535	–	83.465	–
Risco vigente não emitido - RVNE	35.642	–	28.287	–
Provisão de despesas relacionadas - PDR	16.694	–	12.715	–
<b>Total</b>	<b>1.952.049</b>	<b>–</b>	<b>1.501.503</b>	<b>–</b>

b) Passivo	2022		2021	
	Prêmios cedidos a liquidar	Comissão a recuperar	Prêmios cedidos a liquidar	Comissão a recuperar
Prêmios cedidos a liquidar	905.612	–	621.300	–
Comissão a recuperar	(162.166)	–	(136.430)	–
<b>Total</b>	<b>743.446</b>	<b>–</b>	<b>484.870</b>	<b>–</b>

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos	2022			2021		
	Prêmio emitido líquido (*)	Prêmio de resseguro cedido (**)	% Retenção	Prêmio emitido líquido (*)	Prêmio de resseguro cedido (**)	% Retenção
Grupo de ramos	(nota 27b)	(nota 27f)		(nota 27b)	(nota 27f)	
Pessoa	6.367.944	11.908	99,81%	5.668.888	21.500	99,62%
Rural	7.934.915	2.385.267	69,94%	5.243.298	1.315.754	74,91%
Outros	303.921	3.110	98,98%	292.785	3.042	98,96%
<b>Total</b>	<b>14.606.780</b>	<b>2.400.285</b>	<b>83,57%</b>	<b>11.204.971</b>	<b>1.340.296</b>	<b>88,04%</b>

(\*) Não inclui RVNE no valor de R\$ 45.667 (R\$ 1.208 em 31 de dezembro de 2021).

(\*\*) Não inclui RVNE no valor de R\$ (7.917) (R\$ (5.658) em 31 de dezembro de 2021).



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)**

**Líquido de resseguro**

**Montante estimado para os sinistros**

	2022	2021
No ano do aviso	12.949.125	1.598.332
Um ano após o aviso	10.244.302	1.357.610
Dois anos após o aviso	10.259.320	1.349.728
Três anos após o aviso	10.351.261	1.324.770
Quatro anos após o aviso	10.447.316	1.324.016
Cinco anos ou mais após o aviso	10.463.120	1.324.016
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2022	10.463.120	1.324.016
Pagamentos efetuados até 31.12.2022	9.877.695	1.271.689
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	585.425	52.327
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2022 (*)	585.425	52.327
Retorno de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	-	-
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	585.425	52.327

**Montante de sinistros pagos**

	2022	2021
No ano do aviso	12.949.125	1.598.332
Um ano após o aviso	10.244.302	1.357.610
Dois anos após o aviso	10.259.320	1.349.728
Três anos após o aviso	10.351.261	1.324.770
Quatro anos após o aviso	10.447.316	1.324.016
Cinco anos ou mais após o aviso	10.463.120	1.324.016
Estimativa de sinistros incorridos em 31.12.2022	10.463.120	1.324.016
Pagamentos efetuados até 31.12.2022	9.877.695	1.271.689
Provisão de sinistros a liquidar no período de análise	585.425	52.327
Provisão agregada de sinistros em 31.12.2022 (*)	585.425	52.327
Retorno de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	-	-
Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)	585.425	52.327

(\*) Refere-se ao montante das provisões de IBNR e IBNeR, o qual não é possível segregar por sinistros.

**23. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

	2022	2021
Provisões técnicas	14.543.331	12.428.013
Parcela correspondente a resseguros contratados	(1.424.783)	(1.135.376)
Direitos creditórios	(3.917.304)	(3.619.797)
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(2.300.212)	(1.763.006)
Depósitos judiciais redutores	(5.401)	-
<b>Total a ser coberto</b>	<b>6.895.631</b>	<b>5.909.834</b>
Quotas e fundos de investimentos	7.006.847	5.858.400
Títulos de renda fixa - públicos	1.560.593	1.677.996
Títulos de renda fixa - privados	5.534	5.041
<b>Total de aplicações (*)</b>	<b>8.572.974</b>	<b>7.541.337</b>
<b>Ativos livres</b>	<b>1.677.343</b>	<b>1.631.303</b>

(\*) Conforme Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes artigo 84 § 2º, para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros são considerados pelo seu valor justo.

**24. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL**

**a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda**

	2022		2021	
	Quantidade	Valor reclamado atualizado	Quantidade	Valor reclamado atualizado
Provável	1.180	255.037	1.046	203.178
Possível	5.533	1.172.372	5.293	1.022.643
Remota	606	156.084	907	111.249
<b>Total</b>	<b>7.319</b>	<b>1.583.493</b>	<b>7.246</b>	<b>1.337.070</b>

(\*) Os valores estão apresentados brutos de resseguros e acrescidos da Provisão de Despesas Relacionadas (PDRj). A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

**b) Composição das ações por ano de citação**

Ano de abertura	Quantidade	Valor provisionado (*)	Quantidade	Valor provisionado (*)
De 1997 a 2000	17	4.317	28	7.479
De 2001 a 2005	70	14.323	128	28.782
De 2006 a 2010	149	28.784	220	40.816
De 2011 a 2015	708	101.107	973	114.900
De 2016 a 2022	6.375	611.523	5.897	494.843
<b>Total</b>	<b>7.319</b>	<b>760.054</b>	<b>7.246</b>	<b>686.010</b>

(\*) Os valores estão apresentados brutos de resseguros e acrescidos da Provisão de Despesas Relacionadas (PDRj). O prazo médio para o pagamento dos sinistros judiciais é de 85 meses.

**c) Demonstrativo de desempenho das provisões relacionadas a sinistros judiciais**

	2022 (*)	2021 (*)
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontravam provisionadas	146.040	138.568
Montante provisionado de ações judiciais pagas no período corrente e que se encontravam provisionadas	122.754	154.179
Processos encerrados sem pagamento no período corrente, para os quais havia provisão constituída	71.284	117.714
Montante de ações judiciais pagas no período corrente e não provisionadas	19.962	13.144
(*) Os valores estão apresentados brutos de resseguros e acrescidos da Provisão de Despesas Relacionadas (PDRj).		

**25. PROVISÕES JUDICIAIS**

**a) Composição**

	2022		2021	
	Quantidade	Valor provisionado (*)	Quantidade	Valor provisionado (*)
Provável	1.180	255.037	1.046	203.178
Possível	5.533	1.172.372	5.293	1.022.643
Remota	606	156.084	907	111.249
<b>Total</b>	<b>7.319</b>	<b>1.583.493</b>	<b>7.246</b>	<b>1.337.070</b>

**b) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão judicial somam R\$ 68.570 (R\$ 83.594 em 31 de dezembro de 2021).**

A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e amparada por seus assessores legais classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento. Os valores provisionados, assim como os depósitos judiciais que possui, são atualizados mensalmente, de acordo com a taxa SELIC, e seus saldos são informados na data base de 31 de dezembro de 2022: **PIS/COFINS Lei nº 9.718/1998 - Notas I a V:** A Companhia discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de COFINS sobre sua atividade, e majoração da base de cálculo do PIS. Sobre a COFINS, aguarda-se julgamento de Recurso Extraordinário. Possui decisão proferida em Medida Cautelar junto ao STF, obtendo garantia de suspensão da exigibilidade. A partir de maio de 2009, passou a recolher o tributo em discussão, considerando a base de prêmio de seguros, e tem a probabilidade de perda classificada como provável. Quanto às receitas excedentes, os valores não são tributados e provisionados, a probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens I a III. Quanto ao PIS, possui decisão parcialmente favorável em primeira instância, autorizando o não recolhimento sobre as receitas que excedem o faturamento, porém determinando a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios de seguros. Aguarda-se julgamento de Recurso Extraordinário e agravo de despacho denegatório de Recurso Especial. Recolheu o tributo sobre a totalidade de suas receitas até agosto de 2006, quando obteve decisão judicial para suspender a exigibilidade sobre os valores relativos às receitas financeiras e a partir de maio de 2009 recolhe o tributo sobre a base de prêmios de seguros. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens IV e V. **PIS/COFINS - Lei nº 12.973/2014 - Notas VI e VII:** A partir de janeiro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, entende-se que a base de cálculo destes tributos está limitada aos prêmios de seguros. Discute-se judicialmente a incidência dos referidos tributos sobre as receitas financeiras decorrentes de investimentos financeiros oriundos de reservas técnicas. Diante da interpretação dada, foi proposta Ação Judicial, a qual foi julgada improcedente em primeira instância. Interposto Recurso de Apelação, a este foi negado provimento. Interpostos então Recursos Especial e Extraordinário, os quais ainda pendem de julgamento, sendo que após distribuição de pedido de tutela de urgência a este foi dado deferimento, suspendendo a exigibilidade dos valores de PIS e de COFINS incidentes sobre os rendimentos financeiros gerados pelos ativos dados em garantia às reservas técnicas. Em março de 2021, a Vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região revogou ofício de suspensão da exigibilidade dos créditos tributários discutidos no referido processo. Após pedido apresentado perante a Vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, houve a admissibilidade do Recurso Extraordinário interposto pela Companhia. Em razão da referida admissibilidade, foi requerido pedido de tutela de urgência perante o Supremo Tribunal Federal para concessão de efeito suspensivo ao referido Recurso Extraordinário. O Supremo Tribunal Federal concedeu no dia 27 de abril de 2021 o efeito suspensivo requerido. Portanto, atualmente, a Companhia conta com a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários. Aguarda-se julgamento de Agravo Interno interposto pela União. A probabilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens VI e VII.

Nota	Período	Probabilidade	Provisão 2022	Provisão 2021	Depósito 2022	Depósito 2021	Valor do risco 2022	Valor do risco 2021
(I) COFINS Prêmio de seguros	05/1999 a 05/2009	Provável	655.842	627.847	660.595	632.340	655.842	627.847
(II) COFINS Receita financeira	05/1999 a 05/2009	Possível	-	-	23.331	22.315	128.060	122.621
(III) COFINS Receita financeira	06/2009 a 12/2014	Possível	-	-	-	-	94.507	88.782
(IV) PIS Receita financeira	05/1999 a 05/2009	Possível	-	-	-	-	6.852	6.514
(V) PIS Receita financeira	06/2009 a 12/2014	Possível	-	-	-	-	15.357	14.427
(VI) COFINS Receita financeira	01/2015 a 12/2022	Possível	-	-	-	-	212.709	158.889
(VII) PIS Receita financeira	01/2015 a 12/2022	Possível	-	-	-	-	34.565	25.857
<b>Total</b>			<b>655.842</b>	<b>627.847</b>	<b>683.926</b>	<b>654.655</b>	<b>1.147.892</b>	<b>1.044.937</b>
							Total risco provável	655.842
							Total risco possível	492.050
							<b>Subtotal</b>	<b>1.147.892</b>

Notas I a V - Lei nº 9.718/1998 e notas VI a VII Lei nº 12.973/2014.

**Demais processos:**

Nota	Período	Probabilidade	Provisão 2022	Provisão 2021	Depósito 2022	Depósito 2021	Valor do risco 2022	Valor do risco 2021
(1) PIS EC 17/1997	01/1999 a 03/1998 a	Provável	10.791	13.405	13.151	16.108	10.791	13.405
(2) CSLL Aumento alíquota	01/1996 a 12/1998	Provável	-	9.917	-	10.475	-	9.917
(3) INSS sobre PLR	12/2006 a 12/2009 a	Possível	-	-	11.646	10.758	8.937	7.924
(4) IRPJ e CSLL sobre JCP	12/2010 a 01/2014 a	Possível	-	-	-	-	66.165	62.269
(5) IRPJ sobre seguro rural	01/2014 a 12/2014	Possível	-	-	-	-	319.148	294.220
<b>Total</b>			<b>10.791</b>	<b>23.322</b>	<b>24.797</b>	<b>37.341</b>	<b>405.041</b>	<b>387.735</b>
							Total risco provável	10.791
							Total risco possível	394.250
							<b>Subtotal</b>	<b>405.041</b>
							<b>Total geral</b>	<b>1.552.933</b>

**Nota (1) PIS - EC nº 17/1997** - discute a exigibilidade do PIS com base na EC nº 17/1997. Obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do artigo 195 da CF/1988. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase de apuração dos cálculos para a realização da execução do julgado. **Nota (2) CSLL** - discute a majoração da alíquota da CSLL - Lei nº 9.249/1995. A Companhia obteve resultado parcialmente favorável, sendo reconhecido em seu favor apenas os aspectos de violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade. A decisão que reconheceu a legalidade da majoração da alíquota transitou em julgado. Os depósitos judiciais foram devidamente convertidos em renda em favor da União. Aguardando extinção e arquivamento do processo. **Nota (3) Contribuições Previdenciárias** - discute divergência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de valores pagos a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. Inicialmente em sede de sentença foi proferido julgamento favorável à Companhia, sendo esta mantida em apelação. A União opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos para fins de atribuir efeito modificativo ao acórdão, sendo declarada a legalidade dos débitos exigidos pela União. Atualmente o processo aguarda julgamento de Agravo Interno interposto pela Companhia em face da decisão que negou admissibilidade do Recurso Especial. **Nota (4) IRPJ e CSLL - Juros sobre Capital Próprio** - autuada em razão de pagamento e consequente dedução do IRPJ e CSLL

**28. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

**a) Principais ramos de atuação**

Ramo	Prêmios ganhos 2022	Prêmios ganhos 2021	Sinistralidade 2022	Sinistralidade 2021	Custo de aquisição 2022	Custo de aquisição 2021
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	2.844.966	1.175.218	(*)99,79%	52,52%	8,18%	8,07%
Seguro de vida do produtor rural	2.107.980	1.551.482	16,79%	33,03%	29,40%	29,30%
Prestatamista	1.960.592	1.727.759	32,10%	50,75%	37,88%	45,11%
Vida em grupo	1.675.491	1.586.974	35,03%	52,91%	34,78%	35,58%
Penhor rural instituições financeiras privadas	1.437.048	1.057.734	24,69%	29,92%	30,13%	30,06%
Vida individual	877.381	750.662	15,77%	26,65%	49,30%	49,02%
Acidentes pessoais - coletivo	552.800	523.332	5,32%	3,83%	33,53%	32,31%
Demais ramos	864.409	1.432.262	29,91%	58,36%	30,12%	20,09%
<b>Total</b>	<b>12.320.667</b>	<b>9.805.423</b>	<b>42,13%</b>	<b>43,02%</b>	<b>28,32%</b>	<b>30,64%</b>

(\*) Sinistralidade decorrente de eventos climáticos ocorridos no 1º semestre de 2022.

**b) Prêmios emitidos líquidos**

	2022	2021
Prêmios diretos	14.652.447	11.206.179
Prêmios de resseguro cedidos	14.339.249	10.939.245
Prêmios de resseguro recebidos	(340.221)	(300.883)
Prêmios de resseguro cedido	(27.023)	(32.949)
<b>(5.190.389) (4.218.619)</b>	<b>(4.950.215)</b>	<b>(4.067.653)</b>
Sinistros	(117.744)	(83.765)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(83.291)	(20.214)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(52.352)	(52.495)
Serviço de assistência	6.736	(2.327)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	3.666	4.774
Ressarcimentos	2.811	3.181
<b>Custo de aquisição</b>	<b>(3.489.112)</b>	<b>(3.004.493)</b>
Comissões	(3.771.103)	(3.016.089)
Comissão adicional (*)	(203.108)	(290.580)
Outros custos de aquisição	(153.498)	(118.523)
Varição das despesas de comercialização diferidas	(238.597)	(420.839)
<b>e) Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(122.750)</b>	<b>(180.432)</b>
End marketing	(73.045)	(51.805)
Contribuição ao FESR	(30.990)	(94.675)
Contingências civis	(5.207)	(7.756)
Redução ao valor recuperável - (RVR)	5.374	(7.465)
Outras	(18.882)	(18.731)
<b>f) Resultado com operações de resseguro</b>	<b>504.011</b>	<b>(40.375)</b>
<b>Resultado com resseguro</b>	<b>2.379.603</b>	<b>1.083.900</b>
Recuperação de indenização	2.326.482	1.022.200
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	52.070	11.376
Recuperação de indenização - PDR IBNR	511	324
<b>Despesas com resseguro</b>	<b>(1.875.052)</b>	<b>(1.124.275)</b>
Prêmios de resseguro	(2.485.151)	(1.367.687)
Prêmios de resseguro cancelados	74.255	19.807
Prêmios de resseguro restituídos	2.695	1.926
Varição das provisões de resseguro	533.809	222.889
Salvados e ressarcimentos	(660)	(1.209)
<b>g) Despesas administrativas</b>	<b>(551.343)</b>	<b>(436.974)</b>
Pessoal próprio	(237.640)	(190.762)
Serviços de terceiros	(198.939)	(157.633)
Localização e funcionamento	(86.571)	(76.742)
Outras despesas administrativas	(63.197)	(11.837)
<b>h) Despesas com tributos</b>	<b>(378.042)</b>	<b>(277.192)</b>
COFINS	(311.649)	(235.482)
COFINS - Crédito tributário	(5.356)	4.452
PIS	(51.379)	(38.689)
PIS - Crédito tributário	(870)	723
Taxa de fiscalização	(5.181)	(4.547)
Outras despesas com tributos	(3.607)	(3.649)
<b>i) Resultado financeiro</b>	<b>719.466</b>	<b>221.221</b>
<b>Recultas financeiras</b>	<b>905.738</b>	<b>340.060</b>
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	702.941	192.806
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	86.055	21.510
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	64.756	103.255
Atualização monetária sobre provisões de sinistros a liquidar - Resseguro	10.067	10.061
Outras receitas financeiras (**)	41.919	12.468
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(182.973)</b>	<b>(112.468)</b>
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar	(99.774)	(49.909)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(32.695)	(15.082)
Redução ao valor recuperável - aplicações	(720)	(249)</



→ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)**

**b) Compartilhamento de despesas:** As despesas administrativas das empresas operacionais do Grupo Brasilseg são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

**31. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A Companhia proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria.

O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições do exercício totalizaram R\$ 1.257 (R\$ 90 em 31 de dezembro de 2021).

**32. COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria está instituído na controladora BB MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações subsequentes, tendo alcance sobre a Companhia.

**33. EVENTO SUBSEQUENTE**

Em 04 de janeiro de 2023 foi realizada assembleia de constituição da empresa Broto S.A., que é uma

sociedade por ações cuja sede será na cidade de São Paulo e terá por objeto social; (i) a prestação de serviços de intermediação de negócios em geral, incluindo bens e serviços de qualquer natureza, inclusive insumos, máquinas, bens de consumo, bens de capital, produtos financeiros, produtos securitários, dentre outros; (ii) criação, edição, produção, distribuição e comercialização de conteúdos e materiais didáticos impressos ou digitais; (iii) a realização de cursos, eventos ou atividades associadas à difusão de conhecimento, presenciais ou à distância; e (iv) a prestação de serviço de correspondente no País. A Broto S.A. é controlada pela Companhia que, juntamente com o Banco do Brasil S.A. são os Acionistas, cada um com 50% do capital social da empresa.

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção descritos nas notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras da Companhia estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Adicionalmente informamos os limites de Retenção da Companhia referentes a 31/12/2022:

Ramo	Dezembro de 2022
114	5.000
118	7.500
929	2.400
977	8.000
982	3.000
984	3.000
987	30
990	800
993	5.000
1061	3.000
1065	3.000
1101	2.500
1102	3.200
1103	500
1107	2.500
1130	3.000
1162	3.000
1198	5.000
1329	1.100
1381	3.000
1384	200
1390	800
1391	5.000
1601	24
2293	3.200

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
Consultores Ltda.

CNPJ 02.189.924/0001-03

CIBA 45

João Batista da Costa Pinto

MIBA 944



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Conselheiros e Diretores da

**Brasilseg Companhia de Seguros**

São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilseg Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilseg Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das Provisões técnicas de seguros (PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE) e do Teste de adequação de passivos	
Veja as Notas nºs 3(I), 3(m), 20, 21 e 23 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Para calcular o teste de adequação de passivos e mensurar certas provisões técnicas, tais como provisões de sinistros a liquidar (PSL), provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) e provisão de prêmios não ganhos com riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE), a Companhia utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução dos prêmios emitidos. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de contratos de seguros citadas, como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos e o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE. (ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram: - na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistros, taxas de desconto e análise da evolução de prêmios emitidos, utilizadas na mensuração das provisões técnicas de IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia; - na conferência da exatidão matemática das provisões técnicas de PSL, IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE e do teste de adequação de passivos, com base em amostragem; e - no recálculo independente, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística, das estimativas das provisões de IBNR, IBNeR e PPNG-RVNE, incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas. (iii) testes de precisão e integridade das bases de dados de prêmios emitidos, sinistros avisados e sinistros pagos, utilizadas para mensuração dessas provisões, conforme aplicável, incluindo o confronto com as bases analíticas suporte aos registros contábeis. (iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores, ramos de seguros, datas de registro, período de vigência, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentação suportes, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e (v) avaliação ainda se, as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2023.



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP014428/O-6

**Érika Carvalho Ramos**  
Contadora CRC 1SP224130/O-0

**DIRETORIA**

<b>Rogério Aparecido Idino</b> Diretor Presidente	<b>Juan Carlos Lanau Arilla</b> Diretor Vice-Presidente	<b>Glauco Nery Henrique</b>	<b>Julien Clause</b>	<b>Pablo da Silva Ricoldy</b>	<b>Tiago de Freitas Vieira</b>
--	--	-----------------------------	----------------------	-------------------------------	--------------------------------

**CONTADORA**

<b>Simone Pieretti Gonçalves</b> CRC 1SP 183717/O-5	<b>Adriana Nery Osassa Okada</b> MIBA 1031
--	---

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 16/02/2023  
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/16/BRASILSEG1567747516022023.pdf>  
Hash: 1676568735415db8b3c64149988644f76ad8c0c1dc